

**DINÂMICAS DE PATRIMONIALIZAÇÃO EM CONTEXTO DE
REVITALIZAÇÃO E DE GLOBALIZAÇÃO URBANA. NOTAS
SOBRE A REGIÃO PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO.**

*DYNAMICS OF PATRIMONIALIZATION IN URBAN REVITALIZATION
AND GLOBALIZATION CONTEXT. NOTES ON THE PORT
AREA OF RIO DE JANEIRO.*

Jérôme Souty¹

Resumo: Desde 2010, a região portuária carioca é alvo de grandes obras e transformações urbanísticas, econômicas e sociais. A operação “Porto Maravilha” está acelerada em função da preparação dos ‘megaeventos’ esportivos no Rio de Janeiro (Mundial de futebol e Jogos olímpicos). Esse artigo visa analisar os modelos urbanos privilegiados pelas políticas públicas de “revitalização” urbana nesses bairros, assim como suas ações efetivas (restauração arquitetural, estetização, espetacularização...) desenvolvidas em prol da valorização do “patrimônio” cultural e histórico na região. Sem fornecer uma análise exaustiva da situação, apresento as dinâmicas emergentes, e algumas das reivindicações e concepções de atores locais em relação ao patrimônio.

Palavras chave: Região Portuária. Patrimônio. Revitalização. Globalização. Rio de Janeiro.

Abstract: Since 2010, the port area of Rio de Janeiro has been undergoing an intense, large-scale urban transformation. "Porto Maravilha," as the project is known, is driven by the preparation of the upcoming global sports mega-events being held in Rio de Janeiro. Namely, The 2014 Football World Cup and the 2016 Olympic Games. This article aims to analyze the urban models favored by the public policies of "revitalization", as well as their effective actions- architectural restoration, aesthetics, spectacularization- undertaken to commodify local cultural and historical heritage. Without providing exhaustive analysis of the situation in these neighborhoods, I present the emerging

¹ Doutor em Antropologia Social Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS, França. Pós-doutor em Antropologia Social pela UERJ. Pesquisador (FAPERJ/CAPES) no Departamento de antropologia do PPCIS (UERJ, Rio de Janeiro). Membro do comitê de redação da revista "Brésil(s)" (MSH, EHESS, desde 2011).

dynamics in the area of heritage, as well as some of the claims and conceptions of the local actors.

Keywords: Port Area. Heritage. Revitalization. Globalization. Rio de Janeiro.

A região portuária do Rio de Janeiro, uma zona de cinco milhões de m² em torno do velho porto industrial, construído no início do século XX, é composta por três bairros: Saúde, Gamboa e Santo Cristo. Apesar de sua proximidade com os bairros de negócios e do centro histórico (Centro), essa região de povoamento antigo é paradoxalmente enclausurada e desligada do resto da cidade² e sem acesso direto à orla da baía de Guanabara .

Dos anos 1940 ao início do século XXI, a região portuária foi marcada pelo declínio econômico do velho porto industrial, pelo relativo abandono das autoridades e pela saída de numerosos moradores.

Em 2009-2010, foi lançada uma operação de “revitalização” urbana de grande porte, em longo prazo: o Porto Maravilha. Tal operação está sendo acelerada por causa da realização, em breve, de megaeventos internacionais, em particular da Copa do Mundo em 2014 (sediada pelo Brasil, inclusive na cidade do Rio de Janeiro) e as Olimpíadas em 2016 (inteiramente sediadas na cidade do Rio de Janeiro).

Trata-se de uma operação mista, realizada por meio da maior parceria público-privada do país. A partir de 2010, importantes obras públicas, viárias e de saneamento, começaram a ser feitas na região portuária. Na segunda fase dessas reformas urbanísticas, o capital privado está sendo massivamente investido na construção imobiliária. Graças a uma legislação favorável aos interesses privados, a Prefeitura tenta atrair capitais e investidores nacionais ou estrangeiros para a região. Nessa operação urbana, os poderes públicos, proprietários da grande maioria dos terrenos,³ aparecem mais como agentes do que como reguladores do mercado⁴.

O objetivo anunciado pela Prefeitura é transformar a zona em um bairro de negócios, entretenimento e turismo internacional⁵.

A operação Porto Maravilha, assim como a série de grandes obras ligadas à organização do evento mundial de futebol e dos Jogos Olímpicos, está remodelando e

² Entre outras explicações, em razão da barreira natural parcial que formam os morros da Conceição, da Providência e do Pinto, e em razão da deficiência da rede de transporte.

³ Particularidade: mais de 60% dos terrenos e dos prédios são públicos (pertencem à União, ao Estado do Rio ou à Prefeitura do Rio).

⁴ A cidade dos mega-eventos é a cidade das decisões ad hoc, das isenções e favores fiscais e urbanísticos, das autorizações especiais, favoráveis ao setor privado. Especulação imobiliária e gentrificação dos espaços são movimentos já visíveis e efetivos na região.

⁵ Ver o site: <http://portomaravilha.com.br/>

reconfigurando completamente a aglomeração do Rio de Janeiro. Isso se inscreve no atual esforço empregado em construir uma nova imagem internacional da cidade⁶, assim, com essa dinâmica, a cidade ambiciona entrar no clube fechado das cidades globalizadas⁷.

Hoje, a região portuária conta apenas com cerca de 28 mil habitantes, ou seja, uma fraca densidade populacional constituída por pessoas pobres ou de classe média baixa, com algumas exceções. Os moradores, pouco articulados entre si na defesa de seus interesses, não dialogam com as autoridades municipais por intermédio de suas instâncias locais de representação (associações de moradores dos bairros e das comunidades dos morros, sindicatos, Movimento Negro, etc.)⁸. A intenção, declarada pelas autoridades públicas, de fazer também da região portuária um novo bairro residencial, com cerca de 100 mil pessoas, não inclui o diálogo com a atual população local.

Nesse contexto de grandes obras e profundas transformações urbanísticas, econômicas e sociais da região portuária, quais são os modelos urbanos e as representações da cidade? Quais são as concepções e visões dos diferentes atores sociais em relação ao patrimônio cultural e histórico da região? Que ações efetivas são desenvolvidas em nome da valorização do “patrimônio”? As políticas públicas de valorização do patrimônio ecoam reivindicações (culturais, sociais, identitárias) locais? Traçando um breve panorama da região portuária a partir dessas temáticas, apresentarei algumas dinâmicas “patrimoniais” emergentes, sem a pretensão de fornecer uma análise exaustiva e detalhada da situação.

1. MODELOS URBANOS E REPRESENTAÇÕES DOMINANTES

Primeiramente, apresento as representações dominantes e o substrato ideológico que hoje guiam a ação pública dos urbanistas, planejadores, responsáveis políticos e promotores do Porto Maravilha. Assim, veremos que diferentes modelos de “revitalização urbana” propostos condicionam distintos tipos de políticas públicas em

⁶ O Plano Estratégico, implantado pela Prefeitura em 2009, tem como horizonte o Rio de 2020 e como principal objetivo que a aglomeração do Rio seja reconhecida nessa data como a melhor cidade do hemisfério Sul para viver, trabalhar e conhecer.

⁷ Ver, em particular, os trabalhos de SASSEN, Saskia. *Cities in a world economy*. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 2011; *The global city: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

⁸ As comunidades e os habitantes locais recebem certo apoio (em particular na defesa dos direitos humanos e das moradias populares) de membros da sociedade civil, militantes sociais, urbanistas, intelectuais e universitários que defendem soluções alternativas àquelas impostas no projeto Porto Maravilha. A rede do Fórum Comunitário do Porto, por exemplo, reúne alguns desses atores.

relação ao patrimônio e ao empreendimento cultural desenvolvidos na cidade. Distingo aqui dois modelos principais.

1.1. O MODELO DA TÁBULA RASA

Precisamos traçar uma perspectiva histórica para entender tanto as especificidades locais desses bairros quanto a precoce inscrição em um contexto mundializado (modelos urbanos internacionais, economia globalizada).

No final do século XIX, a elite da jovem República (políticos, médicos higienistas, “modernizadores”, adeptos do embranquecimento) via a região portuária como um espaço urbano informal, rebelde, pobre, que concentrava as “classes perigosas” (as elites temiam as revoltas de ex-escravos desempregados e de trabalhadores pobres), assim como um lugar insalubre e, portanto, foco ativo de propagação das epidemias (febre amarela, varíola, cólera). Essa “Cidade Negra” (bairros com grande proporção de negros e mulatos) simbolizava o atraso, o passado colonialista e escravista.

Entre 1902 e 1906, o prefeito da época, Pereira Passos, diretamente inspirado pela modernização da cidade de Paris, baseada nas reformas urbanísticas, higienistas e disciplinares do prefeito Hausmann⁹, iniciou uma grande operação de transformação/modernização da região central e portuária: a criação do porto moderno e industrial, o aterramento de superfícies importantes, a abertura de ruas e largas avenidas. Grande parte do centro urbano (inclusive numeras construções históricas) foi, assim, destruída intencionalmente. Os cortiços e as habitações populares coletivas (espaços de sociabilidades transgressivas em relação à ordem dominante) foram sistematicamente derrubados¹⁰. Essa política do “bota abaixo” iniciou e coincidiu com o processo de “favelização” da cidade.

É preciso salientar que as grandes reformas do início do século passado detonaram a construção de um imaginário comum sobre a “Cidade Maravilhosa”: a invenção da cidade-cenário, a cidade cartão-postal. Ou seja, isso marca o começo do

⁹ Além de ter implantado reformas urbanas e medidas disciplinares, Pereira Passos quis acabar com a agitação política e social nesses bairros. Nessa época, duas revoltas populares nascidas ali fizeram tremer a jovem República: a revolta contra a vacinação obrigatória (1904) e a revolta contra os castigos corporais na Marinha – a Revolta da Chibata (1910).

¹⁰ Em torno de 1.600 prédios foram destruídos e 20 mil pessoas ficaram sem teto. Um décimo da população do Centro, negros, em sua grande maioria, foi obrigado a achar refúgio na periferia ou nos morros vizinhos.

esforço público empregado na cidade para receber turistas internacionais, além de atrair investidores e capitais estrangeiros¹¹.

Articulando passado e presente, é interessante notar que Pereira Passos é o nome da principal agência de urbanismo responsável pelas atuais obras do Porto Maravilha: o Instituto Pereira Passos. Além disso, o nome Porto Maravilha remete, evidentemente, a “Cidade Maravilhosa”. Esta expressão, criada na década de 1930, logo após as grandes obras de Pereira Passos, impôs à cidade uma nova identidade, visando à promoção turística e econômica internacional do Rio de Janeiro: a cidade para “inglês ver”.

Na verdade, o duplo movimento sincrônico – por um lado, destruição generalizada das “urbanidades” locais e do patrimônio existente; por outro, modernização e abertura internacional – é recorrente em vários momentos significativos da história do Rio de Janeiro. Por exemplo, a exposição universal de 1922 coincidiu com a destruição do antigo morro do Castelo, o núcleo inicial da Colônia portuguesa¹²; a abertura da monumental Avenida Presidente Vargas nos anos 1940 provocou a destruição da praça Onze, um reduto da cultura afro-brasileira e berço do samba carioca e do carnaval popular.¹³

Hoje, a organização dos grandes eventos esportivos alimenta a celebração desse modelo urbano da *tábula rasa*. A maioria das provas esportivas e festividades olímpicas serão realizadas no sudoeste da aglomeração urbana, sendo propositalmente colocadas nesta região afastada do Centro. Ora, a construção da Cidade Olímpica não foi projetada por acaso na Barra de Tijuca. Esta representa o arquétipo da nova cidade baseada na ideologia da *tábula rasa*, construída *ex nihilo*, sobre o vazio¹⁴, seguindo modelos internacionais de urbanismo. A inspiração norte-americana é visível na paisagem formada por grandes condomínios fechados, *shopping centers* e estradas de alta velocidade¹⁵. Essa cidade dos “emergentes” é o símbolo da cidade sem urbanidade, organizada com base no carro individual, com formas de enclausuramento

¹¹ Ver, entre outros, DESTINO cidade maravilha. Turismo no Rio de Janeiro. Catálogo de exposição. Rio de Janeiro: Espaço Cultural FGV, 2011; ABREU, Mauricio de A. 4. ed. Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade de Rio de Janeiro/Instituto Pereira Passos, 2011.

¹² Esse episódio ocorreu no Centenário da Independência do Brasil (1822).

¹³ Aliás, a destruição dessa área, localizada nas imediações da zona portuária, pode ser vista com o último capítulo da destruição programada da “Pequena África”, essa “cidade negra” portuária e central.

¹⁴ Em uma área natural (manguezal, dunas e lagoas) quase desabitada.

¹⁵ Com seus 30 km de praias, a Barra da Tijuca representa a “Miami dos trópicos” cariocas; ela se inspira também na Orlando dos parques temáticos, tal como foi analisado por SORKIN, Michael. Variations on a theme park: the new American city and the end of public space. New York, Noonday Press, 1992; ou ainda na Los Angeles “pós-moderna”, tal como estabelecido por DAVIS, Mike. City of quartz. Nova York/Londres: Verso, 2006.

dos ricos (classes médias e altas), privilegiando a privatização e o fechamento dos espaços como medida de segurança.

O duplo movimento sincrônico e dialético construção/destruição, apresentado nesta breve perspectiva histórica, aponta para uma questão: o Porto Maravilha pode se tornar uma pequena Barra da Tijuca no Centro? No atual projeto de reformas urbanísticas aceleradas, a ausência de planejamento urbano em longo prazo suscita esta questão.

1.2. O MODELO DAS REVITALIZAÇÕES PORTUÁRIAS NO EXTERIOR

Por outro lado, a operação do Porto Maravilha também se inspira em recentes exemplos internacionais de revitalização de *waterfronts* e de bairros portuários degradados, em particular da requalificação da orla de Barcelona. O Rio pretende se beneficiar dessas experiências estrangeiras convidando, por exemplo, responsáveis políticos, urbanistas e técnicos estrangeiros, e arquitetos de fama internacionais, que trabalharam nesses projetos. Inspirar-se em receitas internacionais bem-sucedidas significa importar, copiar, adaptar o que “deu certo” em outros lugares, isto é, adotar os modelos de planejamento e de gestão, as técnicas urbanas e arquitetônicas, as “boas práticas”. Barcelona, seguindo esses critérios, é considerada um grande sucesso. De fato, a cidade catalã, que foi a sede das Olimpíadas de 1992, se transformou, em menos de duas décadas, em uma “marca” conhecida e reconhecida no mundo inteiro, entrando, assim, para o clube fechado das cidades globalizadas.

Além da experiência de Barcelona, os urbanistas da Prefeitura carioca também se inspiraram na revitalização dos portos e *waterfronts* de outras cidades: Buenos Aires, Cidade do Cabo (Cape Town), Rotterdam, Hong Kong e Baltimore (ANDREATA, 2010). Sem esquecer os exemplos de Boston, Nova York e, recentemente, da cidade de Londres, que promoveu a revitalização dos bairros das docas e acolheu os últimos Jogos Olímpicos, em 2012.

Na maioria dos exemplos internacionais, os velhos portos perderam suas antigas e clássicas funções industriais e econômicas (importação e exportação de bens de consumo), mas mantiveram as atividades de transporte de passageiros. Isso provocou a criação de novos portos “culturais” (como o Port Vell, em Barcelona). Ora, é exatamente o que está acontecendo no Rio: grande parte das atividades do velho porto industrial migrou para o norte da cidade (em particular para o complexo do Caju), enquanto o transporte de passageiros e o desembarque de turistas foram mantidos e até incentivados, com crescimento significativo da quantidade de navios cruzeiros internacionais nos cais próximos da Praça Mauá (o atual terminal de desembarque será

ampliado com a criação de um polemico píer em Y). Assistimos, sobretudo, a emergência do que poderá, em um futuro próximo, ser chamado de “porto cultural”. Esses fenômenos de “culturalização” dos bairros portuários serão vistos a seguir, no contexto das dinâmicas de patrimonialização e de estetização da região.

Para concluir esta parte, podemos dizer que as autoridades parecem oscilar entre dois modelos de urbanização aparentemente contraditórios. De um lado, o desejo de tábula rasa (construir um bairro novo sem considerar o passado, o patrimônio e a cultura locais: ou seja, fazer uma pequena Barra da Tijuca na região portuária). De outro lado, uma conscientização crescente da importância do “patrimônio” e uma dinâmica de “culturalização” progressiva dos bairros portuários. Inspirando-se nos exemplos internacionais citados, as autoridades perceberam que a “preservação”, a restauração e a valorização do patrimônio e da cultura locais podem ser utilizadas como poderosas ferramentas no desenvolvimento urbano e econômico. O recente e necessário cuidado com o patrimônio (a injunção de proteger e valorizar) inclusive está inscrito na lei. Na operação Porto Maravilha, 3% dos recursos da venda dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs¹⁶) são destinados à recuperação do patrimônio histórico, artístico e cultural da região portuária.

Os dois modelos, aparentemente opostos, são paradigmas dominantes que não necessariamente se excluem mutuamente. A análise dos diferentes projetos de “revitalização” do Centro do Rio, traçados nas décadas de 1980 e 1990, mostra que as políticas de “revitalização” (voltadas oficialmente para a “preservação”) rimam quase sempre com a destruição das urbanidades já existentes e da alteração dos modos de vida, apesar de investirem na preservação parcial de patrimônio local¹⁷.

2. DINÂMICAS ATUAIS NA REGIÃO PORTUÁRIA: PATRIMONIALIZAÇÃO, ESTETIZAÇÃO, ESPETACULARIZAÇÃO...

Como as características arquiteturais, as singularidades culturais e as amenidades geográficas particulares da região estão sendo “instrumentalizadas” pela atual operação urbanística? Distingo seis pontos importantes nas ações e políticas públicas em prol da valorização do patrimônio local.

¹⁶ Os Cepacs são títulos que permitem adição de gabarito.

¹⁷ Como mostrou a urbanista MOREIRA, Clarissa da Costa. A cidade contemporânea entre a tábula rasa e a preservação. São Paulo: Unesp, 2004. Muitos desses projetos de “revitalização” não foram realizados.

2.1. RESTAURAÇÃO DE PRÉDIOS E MONUMENTOS HISTÓRICOS

Na década de 2000, parte do casario do morro de Conceição já tinha sido alvo de uma primeira campanha de restauração e o programa Favela Bairro tinha reabilitado construções antigas (final do século XIX e começo do XX) da parte de cima do morro da Providência¹⁸. A partir de 2011, no quadro da operação “Porto Maravilha”, importantes construções históricas foram restauradas, em particular no morro da Conceição (um importante conjunto colonial) ou começaram a ser restauradas, como nas partes baixas dos bairros da Gamboa e Saúde (igrejas do século XVII, conjunto de sobrados, etc).

Outros exemplos nacionais e experiências, nem sempre bem-sucedidas (em termos estéticos e de apropriação do lugar pelos cidadãos), de restauração de bairros históricos¹⁹ oferecem reflexões críticas sobre a qualidade da restauração arquitetural, o risco de restauração de “fachada”²⁰ e o “efeito de vitrine”, que denunciam o caráter às vezes pseudo-histórico e “pastiche” das (re)construções²¹...

2.2. CRIAÇÃO DE NOVOS ÍCONES ARQUITETURAIS E DE IMPORTANTES MUSEUS

A Praça Mauá e seus arredores vão abrigar grandes edifícios e importantes museus, alguns deles já prontos, destinados a se tornarem ícones arquiteturais e referências simbólicas, estéticas e culturais na paisagem da região. No píer Mauá, uma estrela da arquitetura mundial, está sendo projetada pelo espanhol Santiago Calatrava: um edifício de vanguarda, repleto de novas tecnologias, que vai abrigar o chamado Museu do Amanhã. Na Praça Mauá, o Museu de Arte do Rio (MAR) reúne de maneira ousada um prédio tombado, de estilo eclético (palacete Dom João VI, que foi renovado), e uma construção modernista. O grande aquário a ser construído próximo à praça também irá compor outro ponto de referência na paisagem local. Portanto,

¹⁸ A escadaria da Ladeira do Barroso, a igreja Nossa Senhora da Penha, o oratório da Providência (capela do Cruzeiro), o Reservatório d'água.

¹⁹ Ver, por exemplo, a restauração, a partir dos anos 1990, do bairro histórico de Salvador – o Pelourinho –, e, mais recentemente, do velho centro de Recife. Ver, entre outras referências, LEITE, Rogério Proença. “A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas”. RBCS, v. 25 n. 72, fev. 2010.

²⁰ No sentido próprio da palavra, pois, por exemplo, nos casos dos sobrados do século XIX ou do começo do século XX, muitas vezes somente a fachada está tombada, o resto da construção sendo danificada ou literalmente destruída e ausente.

²¹ Sobre a criação de uma unidade fictícia da cidade, ver, por exemplo, as análises de JEUDY, Henry Pierre. Sobre a restauração como ato de destruição, espelho das cidades. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. p. 87.

nenhum desses museus se inspira diretamente na história local e pretende dialogar com as práticas culturais populares ou a vida social nesses bairros²². Além disso, não deixa de ser uma ironia constatar que o emblemático “Museu do Amanhã” (ou seja, voltado para o futuro), construído em frente ao mar e ao horizonte, vira completamente as costas para a região – região cujo rico passado histórico foi negado tanto tempo e continua sendo ignorado.

2.3. CRIAÇÃO DE NOVOS USOS COMERCIAIS E DE SERVIÇOS

A Praça Mauá representa um ponto nodal na região urbana. Os grandes navios turísticos (em particular dos cruzeiros transatlânticos) desembarcam ao lado do píer Mauá, na altura dos primeiros armazéns e nas imediações dessa praça. A ideia é instaurar novas práticas de lazer e de consumo cultural na região. Nessa perspectiva, o cais do porto, em particular a área da praça Mauá e os primeiros armazéns, irão representar um importante polo de atração turística e de entretenimento, com a implantação de bares, restaurantes, boates, lugares de *show* e exposições, butiques, lojas turísticas, galerias de museus, ateliês-lojas, etc. Os primeiros armazéns já abrigam grandes eventos anuais (o festival de desfiles de moda – Rio Fashion Week –, a Feira Internacional de Arte Contemporânea – ArteRio), além de espetáculos ou ensaios de companhias de teatro e danças, bem como exposições de artes plásticas. Essa nova dinâmica de entretenimento cultural e turística suscita e gera novas práticas de consumo.

2.4. ESPETACULARIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS PAISAGENS

Os morros da região portuária, como outros da aglomeração do Rio de Janeiro, oferecem paisagens panorâmicas excepcionais. Contudo, o morro da Providência se destaca por ser o mais alto da região, com vista privilegiada sobre a baía de Guanabara, a região portuária e boa parte da zona Norte. É claro que a presença de uma favela perigosa e violenta, pobre e segregada, dominando parte da região portuária iria prejudicar a revitalização desses bairros (e, *a fortiori*, o movimento de gentrificação e de especulação imobiliária indissociável do programa Porto Maravilha). Há alguns anos, políticas públicas já tentaram impedir essa ameaça, investindo na progressiva transformação do lugar em ponto turístico. Nessa perspectiva, as vistas espetaculares do morro, assim como o patrimônio arquitetural local, foram exaltadas. Assim, a partir

²² Mesmo se o Mar desenvolve uma ação educativa na escala local e do município.

de 2005, no quadro do programa Favela Bairro, foram construídos no alto do morro três mirantes, que permitem desfrutar da paisagem, e foi criado o projeto Museu a Céu Aberto, no intuito de promover a localidade como centro de visitação e de atração turística.

No entanto, a violência que o morro continuava enfrentando ameaçou o sucesso desse programa. Assim, foi preciso esperar o novo contexto mais favorável da “pacificação” da favela (desde março de 2010, com a chegada de uma Unidade de Polícia Pacificadora [UPP] no morro), assim como, também a partir de 2010, a combinação das obras do programa Morar Carioca e da operação Porto Maravilha, para que essa política pudesse ser efetivamente desenvolvida e acelerada. A construção de dois teleféricos de grande porte está sendo finalizada²³, assim como será iniciada a futura construção de um “plano inclinado”, que permitirá acesso rápido e mecânico até quase o topo do morro. Além das remoções de casas no local das obras e em áreas consideradas de risco, muitas casas na parte mais alta do morro, onde se concentram as construções históricas mais antigas, foram marcadas pela Secretaria Municipal de Habitação (SMH) para serem removidas. Percebem-se as intenções das autoridades: facilitar o acesso rápido e seguro ao topo do morro e aos belvederes, abrir a perspectiva visual e transformar a área em um lugar de visitação. Assistimos, em uma escala local, a implantação de uma política de “embelezamento” urbano e de criação de uma cenografia espetacularizada, com receituários globais. Essa construção de “paisagens espetacularizadas” (para retomar a expressão de Sharon Zukin) ecoa a recente decisão internacional de inscrever a cidade do Rio de Janeiro na lista do Patrimônio Mundial da Humanidade da Unesco como “paisagem cultural urbana” (julho de 2012). É a primeira vez que uma cidade ganha esse título. Embora a categoria “paisagem cultural” exista desde 1992, até hoje só incluía paisagens naturais humanizadas²⁴.

²³ Abertos em 2013, esses teleféricos farão a ligação entre a Central do Brasil, o morro da Providência (Praça Américo Brum) e a Cidade do Samba. As suas capacidades são bem superiores às necessidades dos moradores locais, pois poderão transportar até 3 mil passageiros/hora.

²⁴ Porém, nota-se que a região portuária não integra diretamente esse cenário compósito e heteróclito, que é formado pelos elementos seguintes: floresta da Tijuca, parque do Flamengo, praia de Copacabana, Cristo Redentor e Pão de Açúcar.

2.5. “FOLCLORIZAÇÃO” DE BAIROS HISTÓRICOS E/OU COMUNIDADES POPULARES

Vemos, com o exemplo da favela do morro da Providência, que a intenção implícita é facilitar o acesso ao topo do morro para os turistas aproveitarem o cenário, mas para também – e simultaneamente – conhecerem uma favela “histórica” (provavelmente a mais antiga do Rio e do Brasil) parcialmente “patrimonializada”²⁵, em um espaço delimitado para a visita (circuito marcado no chão, visitas guiadas). Uma vez “pacificada” e “sob controle”, a favela será parcialmente reurbanizada²⁶ e “asseptizada”²⁷ para se tornar mais “apresentável” aos olhares estrangeiros. Assim, na favela do morro da Providência, a ênfase é colocada (ou será colocada) nas vantagens diferenciadas que representam o visual/cenário excepcional, assim como o antigo patrimônio arquitetural e a dimensão histórica do lugar. Vemos, portanto, que não se trata (ou não apenas) de uma mera busca do que poderia ser chamado de “consumo turístico da pobreza” ou “exotização da marginalidade social”, como é visível em várias outras favelas cariocas da zona Sul, transformadas em atrações turísticas²⁸.

Fora do morro da Providência, existem na região portuária outras dinâmicas e modalidades de “folclorização”, de patrimonialização e de estetização. Isso é percebido, em particular, no morro da Conceição, povoado essencialmente por uma população de classe média baixa ou média e em vias de gentrificação desde os anos 1990 (com a chegada de novos moradores: artistas, intelectuais, profissionais liberais). Esse foi o primeiro bairro da região a ser restaurado pela operação Porto Maravilha, com ênfase nos monumentos da época colonial. Trata-se, assim, de enfatizar e valorizar, de maneira seletiva, a validade de certos símbolos históricos e arquiteturais (coloniais), assim como as “grifes étnicas” e o tipo de convivência popular (a “aldeia portuguesa”, o velho bairro lusitano), com a tendência e o risco de cristalizar certas memórias e práticas supostamente típicas, apoiando, formas possíveis de “retradionalização”. As recentes reformas e obras aceleraram a dinâmica social (gentrificação) e cultural

²⁵ Com ênfase nas construções antigas (altar, igreja e capela, reservatório...). Nessa parte mais alta do Rio existiu um projeto (no quadro do programa Morar Carioca) de construir um falso cenário histórico no estilo colonial. Ver o Plano Municipal de Integração de Assentamentos Precários Informais – Morar Carioca. Área/projeto: Morro da Providência – Termo de referência para execução de obras, Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 2010.

²⁶ Obras sanitárias, de drenagem e de eletrificação.

²⁷ As casas marcadas para serem removidas são consideradas ilegítimas (de parte dos poderes públicos) por razões nem sempre explícitas: situadas em “área de perigo”, obstruindo a vista, desqualificando o conjunto arquitetural, sendo de caráter recente, etc..

²⁸ Ver FREIRE-MEDEIROS, Bianca. Gringo na laje. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

(patrimonialização, elitização) que está se desenvolvendo há alguns anos nesse morro. Essa se manifesta em particular pela criação, organização e divulgação de vários eventos culturais: visitas guiadas ao patrimônio e instituições históricas locais, jornadas de portas abertas dos ateliês de artistas, criação de um festival literário, apoio às procissões e festas culturais de bairro, etc.

2.6. ESPETACULARIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL E FOCALIZAÇÃO NO MATERIAL

O carnaval e o samba carioca se tornaram provavelmente os dois principais produtos de atração turística e cultural da aglomeração do Rio de Janeiro. Vale lembrar também que, em 2007, o samba carioca foi oficialmente considerado patrimônio cultural do Brasil (tombado pelo IPHAN). Ora, a zona portuária, onde nasceu a primeira escola de samba (Vizinha Faladeira), fica nas imediações da antiga Praça Onze (berço do samba e do carnaval popular) e do atual Sambódromo (epicentro dos desfiles do carnaval-espetáculo), concentrando um *savoir-faire* único, tanto na manutenção da memória do samba e do carnaval como na reinvenção criativa dessas práticas e desse patrimônio²⁹.

O projeto de extensão da Cidade do Samba (um complexo técnico construído no bairro portuário da Gamboa e desconectado da vida dos bairros em torno) e de criação de outra(s) Cidade(s) do Samba na periferia (para grupo de acesso, para as escolas mirins); a expulsão de muitas escolas de samba de segunda categoria e das escolas mirins dos antigos galpões da região portuária³⁰, a reforma da extensão do Sambódromo: todas essas recentes decisões políticas mostram a vontade dos poderes públicos de fixar e institucionalizar essas práticas festivas e performativas. A tendência é inscrever as práticas imateriais no material, aprisioná-las e enquadrá-las em lugares determinados e controlados por dispositivos de gestão pública. A burocratização não indica a vontade pública de favorecer o carnaval de rua à espontaneidade dos blocos de bairros³¹. Revela-se, através dessa política, uma vontade de disciplinar e domesticar a festa, de não deixar o fervor coletivo e a criatividade popular tomarem conta dos bairros, dos espaços públicos urbanos.

²⁹ Ver, entre outros, VIANNA, Hermano. O mistério do samba. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

³⁰ Em 2012, os galpões e armazéns (utilizados, em particular, na construção e no armazenamento dos carros alegóricos, nos ensaios) da região do porto ainda abrigavam 64 barracões das escolas de samba (inclusive 15 do Grupo Especial, no complexo da Cidade do Samba).

³¹ Agora os blocos precisam de inscrição no registro e de autorização da Prefeitura para desfilar, com local e horário de saída determinados, etc.

Essa visão dominante é informada por uma concepção bastante estática do patrimônio cultural, na qual os edifícios, os monumentos, os museus e os objetos continuam sendo tratados (e apesar das considerações recentes sobre o chamado “patrimônio imaterial”) como depósitos da tradição cultural legítima e/ou como instâncias mediadoras de novos empreendimentos culturais e de lazer. Essa visão dominante revela, também, uma concepção da “cultura” como algo apreensível, quantificável, suscetível de ser localizado e delimitado no espaço físico (e, portanto, de ser transformado em “produto cultural”, em espetáculo, em *commodity*).

Resumindo, o que pode ser visto atualmente (início de 2013) em algumas áreas da região portuária são as premissas de uma política dirigista de instrumentalização de certos patrimônios materiais ou imateriais, com efeitos de espetacularização, estetização, folclorização. Elementos do patrimônio, reapropriados como produtos atrativos, símbolos para o turismo e da construção de uma nova imagem diferenciada dos bairros e da cidade. Essa visão empresarial, utilitarista e oportunista da cultura e do patrimônio se torna um instrumento de “revitalização” urbana. Os patrimônios são submetidos à lógica do entretenimento e/ou reduzidos a “cenários” da indústria cultural. As ações de “patrimonialização” são destinadas a aumentar a atratividade desses bairros, a alimentar a futura indústria do turismo e do lazer. Para os responsáveis pelo Porto Maravilha e os para os investidores, a (futura) economia do turismo, do divertimento e da cultura nessa região forma um conjunto quase indissociável.

Algumas análises feitas em outras megalópoles oferecem comparações úteis para pensar o caso da aglomeração do Rio e de sua região portuária. Nesta área, vemos algumas premissas da dinâmica urbana comum a tantas aglomerações contemporâneas, em contexto do capitalismo avançado. Nessa dinâmica globalizada, a perspectiva é principalmente do *marketing* cultural e turístico: a cultura e o patrimônio se tornam mercadorias a serviço da cidade como marca³².

3. UMA DIFÍCIL REAPROPRIAÇÃO PATRIMONIAL

O programa geral de “revitalização” da região portuária, inscrito em uma ampla dinâmica de transformação da aglomeração urbana, não foi elaborado de maneira

³² Ver, em particular, os trabalhos de HARVEY, David. *Spaces of capital: towards a critical geography*. Nova York: Routledge, 2001; ZUKIN, Sharon. *Naked Cities. The death and life of authentic urban places*. Oxford: Oxford University Press, 2010 ; BROUDEHOUX, Anne-Marie. *Spectacular Beijing: the conspicuous construction of an olympic metropolis*. *Journal of Urban Affairs*, v. 29, n. 4, p. 383-399.

democrática, por meio de consultas aos moradores³³. Isso quer dizer que, até agora, as reformas gerais da operação Porto Maravilha, basicamente executadas “de cima para baixo”, nem sempre correspondem às demandas e reivindicações dos moradores e atores locais. As formas locais de “urbanidades” e de convivência (formas populares, singulares e alternativas em relação ao modelo dominante³⁴) que existem na região, não dialogam com o modelo urbano hegemônico das grandes obras e reformas atuais. Na medida em que os habitantes locais não são considerados como agentes ativos nas reformas urbanísticas, nem como interlocutores prioritários dos poderes públicos, tornasse-lhes difícil defender suas concepções do patrimônio, da cultura e do viver juntos.

Além disso, e para grande parte dos atuais habitantes, em particular os mais pobres e os inquilinos que moram em comunidades desfavorecidas, a chamada revitalização é, sobretudo sinônimo de gentrificação. Desde 2009, é visível um aumento exponencial do preço do imobiliário na região, assim como do custo de vida. Para essas populações, isso significa (ou significará) a obrigação de procurar um alojamento mais barato, mudando-se para a periferia. Essa situação não exclui remoções e expulsões com o uso da força pública³⁵. Embora as autoridades afirmem que o projeto Porto Maravilha vai integrar as populações residentes, podem-se considerar como insuficientes e pouco eficientes as medidas de acompanhamento previstas para que essas populações locais continuem a viver em seus bairros³⁶.

Limito-me, nesta sessão, a evocar brevemente a questão específica do patrimônio afro-brasileiro. Sem nunca ter sido exclusivamente negra³⁷, a região

³³ Em uma escala maior, o benefício para o Rio de Janeiro dos megaeventos esportivos (e seu impacto na cidade) não está sendo questionado em praça pública. Além disso, as opiniões divergentes ou opostas a esse projeto de transformação urbana não são favorecidas pela conjuntura particular: existe um alinhamento político inédito (coordenação dos três níveis de poder – federal, estadual e municipal); as grandes mídias se fazem de porta-vozes entusiastas e unânimes dessa operação de revitalização urbana, sem balanço crítico.

³⁴ CERTEAU, Michel de. *Les arts de faire*. Paris: Gallimard, 1990. t. 1.

³⁵ Em torno de 500 famílias estão sendo ameaçadas com as evacuações e destruições de habitações em chamadas “zonas de risco” em áreas de obras (em particular, no morro da Providência, onde um terço das casas foi marcado pela Secretaria Municipal de Habitação). Na parte dos aterros da Gamboa e da Saúde, também já foram expulsos ocupantes de prédios urbanos. Ver o Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro : Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro, maio de 2013. <http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/05/dossie-rio.pdf>

³⁶ O moradores de casas removidas podem receber um aluguel social (insuficiente para se manter no Centro), uma nova habitação na região portuária (mas o programa de construção atrasou e concerne um número pequeno de habitações) ou uma nova habitação na grande periferia da aglomeração. Para as casas regularizadas, existe a possibilidade da compra assistida. Enfim, os moradores proprietários da região podem se beneficiar de isenções de IPTU em caso de reforma de suas habitações.

³⁷ A região portuária/central também abrigou imigrantes judeus e árabes, ciganos. A partir das décadas de 1880/1890, chegaram em massa ao porto imigrantes europeus pobres, principalmente portugueses, italianos e espanhóis.

portuária/central, que outrora foi chamada de “Pequena África”³⁸ ou “Cidade Negra”,³⁹ representou um centro da história negra e um foco da resistência cultural negra (africana e depois afro-brasileira). Não se pode esquecer, por exemplo, que o Rio, na primeira parte do século XIX, foi a maior cidade escravagista e provavelmente a maior cidade negra do mundo⁴⁰. A importância da presença negra da região portuária carioca é bem documentada, seja no campo religioso e ritual (os batuques, o jongo, os primeiros terreiros de candomblé carioca), artístico e festivo (os ranchos – cordões carnavalescos e foliões – dos primeiros desfiles de carnaval, o surgimento do samba carioca, a invenção do espetáculo do carnaval moderno), seja no campo do trabalho escravo ou livre (na estiva, na pequena indústria e no comércio formal ou informal) e na luta pela defesa dos direitos políticos e profissionais (a capoeira, as revoltas e insurreições populares, os movimentos sindicais).

Porém, quando comecei a frequentar esses bairros, a partir de 2008, fiquei surpreso ao constatar a ausência quase total (ou a má valorização, a má visibilidade e o mau estado de conservação) de traços, vestígios, testemunhos, monumentos, lugares de memória remetendo à história dos africanos e dos afrodescendentes... Não se trata aqui de analisar as razões desse paradoxo e dessa “invisibilidade”, mas de apontar (e de começar a refletir sobre) algumas iniciativas recentes que, ao contrário, começam a colocar ênfase no que poderia ser chamado - talvez de maneira essencialista - de “patrimônio afro-brasileiro”.

Durante as obras viárias no bairro da Saúde, foi “redescoberto” o cais do Valongo, o principal ponto de desembarque de escravos nas primeiras décadas do século XIX⁴¹. Nesse sítio, que constitui um belo exemplo de palimpsesto urbano, a

³⁸ O nome “Pequena África” foi criado pelo sambista e pintor Heitor dos Prazeres. Na verdade, a chamada “Pequena África” (final do século XIX e das quatro primeiras décadas do século XX) se estendia um pouco além dos atuais bairros portuários da Saúde, Gamboa e Santo Cristo (incluía a avenida Presidente Vargas, o atual bairro comerciante Saara, o campo de Santana, a região da praça Onze-Cidade Nova-Estácio e a região do mangue). Ver, em particular, MOURA, Roberto Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Funarte, 1983.

³⁹ CHALHOUB, Sydney. Cidade febril: São Paulo, Companhia das Letras, 2006; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX: São Paulo: Alameda, 2006.

⁴⁰ Quase a metade da população do Rio era constituída de negros, boa parte deles concentrados justamente nesses bairros portuários. Entre a interdição do tráfico (entre 1830 e 1850) e a Abolição da escravidão (1888), a região abrigava muitos libertos e escravos de ganho fugidos das senzalas. Nas primeiras décadas da jovem República, muitos negros ex-escravos do interior (e de outros estados), desempregados, vieram tentar a chance na capital, estabelecendo-se na região portuária e central.

⁴¹ De 1811 a 1842, de 600 mil a um milhão de africanos servis desembarcaram aí, segundo diversas fontes.

história ressurgiu no presente de maneira surpreendente.⁴² A Prefeitura organizou, em 2011, um trabalho de resgate arqueológico, com uma campanha rápida de escavações urgentes, e logo em seguida transformou a área do antigo cais em um pequeno e modesto sítio a céu aberto. Porém, as numerosas e valiosas peças arqueológicas achadas no lugar até hoje não foram expostas ao público⁴³, e o sítio não oferece o aparelho explicativo necessário, com indicações históricas e didáticas básicas.

Em se tratando da descoberta, com repercussão internacional, de um dos mais ricos acervos sobre negros escravos já trazidos à luz, foi surpreendente a rapidez com a qual foram encerradas as pesquisas/escavações arqueológicas. Como considerar essa “patrimonialização” do lugar? É difícil considerá-la um sincero tributo às vítimas da escravatura, uma celebração à diáspora africana ou uma resposta às reivindicações do Movimento Negro. O lugar não foi (ou ainda não é) objeto de uma efetiva reapropriação simbólica e memorial dos membros da comunidade afro descendente e/ou dos habitantes locais (apesar de existirem algumas iniciativas rituais, festivas ou comemorativas⁴⁴). O sítio também não se legitimou (ainda?) como verdadeiro “lugar de memória”⁴⁵. Parece que esse espaço histórico e simbólico está assim apresentado como lugar neutro, “pacificado”, sem conflito de memórias. A iniciativa das autoridades municipais de patrimonializar (embora mínima) esse espaço pode também ser vista como uma estratégia política para neutralizar as eventuais resistências e vozes discordantes das reformas atuais⁴⁶ e para minimizar as possíveis formas de reapropriação política (Movimento Negro) e/ou popular (residentes da região) que venham a ocorrer no futuro. Expor o sítio como objeto de atração cultural e turística também é uma maneira de diminuir seu peso político em possíveis reivindicações relacionadas à reparação histórica e a justiça social. Trata-se de uma patrimonialização mais voltada para o âmbito internacional e para a valorização turística do que para benefícios locais, que provocariam novas versões da história nacional em suas praticas

⁴² Em cima do cais de desembarque dos escravos foi construído o cais da Imperatriz, para a chegada de Teresa Cristina Maria de Bourbon para o casamento com Dom Pedro II, em 1842. O cais foi aterrado depois das reformas de Rodrigues Alves para a criação do porto industrial (1902-1906).

⁴³ Por enquanto (começo de 2013), não há indicações do destino futuro desses objetos, que são depositados em contêineres na Praça dos Estivadores.

⁴⁴ Como as de mães de santo e os membros do candomblé que ali se reuniram para desenvolver alguns rituais.

⁴⁵ Nessa perspectiva, é instrutiva a comparação com o African Burial Ground National Monument, em Manhattan (Nova York), sítio de um antigo cemitério de negros que se tornou um memorial, um museu e um centro pedagógico. Esse espaço social e histórico se beneficiou de um amplo trabalho de pesquisa, com consulta e participação de vários setores da sociedade civil.

⁴⁶ Coincidência? Junto ao sítio, foi implantada, em 2012, uma exposição permanente sobre a operação Porto Maravilha, verdadeira operação de comunicação e de marketing, com muitos recursos tecnológicos.

pedagógicas. Não podemos esquecer que a história negra da região e seus estigmas da escravidão foram constantemente negados e ocultados, desde a Proclamação da República (1889). Além disso, a patrimonialização dos vestígios da história e da cultura negra no bairro é parcial (limitada a uma área restrita) e seletiva (nem todos os sítios arqueológicos foram escavados ou preservados).

Nos bairros da Saúde e Gamboa, parte do patrimônio arquitetônico que remete ao passado negro é valorizada, mas o presente de várias famílias – em particular afrodescendentes – está sendo prejudicado pelas conseqüências das reformas urbanas e de seus fenômenos associados (especulação, gentrificação e “remoção branca”, política “choque de ordem”). A operação Porto Maravilha em nenhum momento projeta a implantação de programas sociais e de obtenção real de direitos (à moradia, à cidadania...) para os habitantes pobres da região. Assim, enquanto, de maneira seletiva, alguns espaços são parcialmente “patrimonializados” e “embelezados”, a mercantilização da cidade continua operando.

Como já dito, a tendência das políticas públicas patrimoniais (tanto no Porto Maravilha como em outros contextos) é de privilegiar o material, inscrever a cultura no construído, traçando seus percursos guiados. Isso também é visível na recente iniciativa da Subsecretaria Municipal do Patrimônio de organizar na região portuária um chamado “Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana”, ou seja, um tipo de roteiro cultural e memorial em torno da história do tráfico, da escravidão e da cultura negra. Este inclui o cais do Valongo, os jardins do Valongo⁴⁷, a sede do Afoxé Filhos de Gandhi⁴⁸, a chamada Pedra do Sal⁴⁹, os vestígios do antigo cemitério de escravos (no pequeno centro cultural Instituto dos Pretos Novos)⁵⁰, o prédio do Centro Cultural Municipal José Bonifácio⁵¹.

Selecionar elementos materiais do patrimônio, por meio de um percurso predeterminado e rigorosamente delimitado, é também uma maneira de definir uma

⁴⁷ Criados durante as reformas de Pereira Passos e restaurados em 2012.

⁴⁸ No Rio, o grupo dos Filhos de Gandhi foi criado em 1954.

⁴⁹ A pequena Praça João da Baiana, em torno da Pedra do Sal foi historicamente freqüentada pelos escravos, capoeiristas, sambistas, candomblecistas, estivadores. Representa um símbolo histórico e cultural da presença negra na região. A Pedra do Sal já tinha sido tombada pela Prefeitura nos anos 1980. Desde 2005, 25 famílias que moravam nos arredores pleitearam o pedido oficial para ser reconhecidas como “remanescentes do quilombo da Pedra do Sal”.

⁵⁰ Em 1996, durante obras de escavações em um casarão particular da rua Pedro Ernesto (Gamboa), foram descobertos vestígios da cova rasa na qual eram jogados os corpos dos negros que chegavam falecidos ao Brasil ou morriam nos primeiros dias de chegada. Graças à iniciativa privada dos moradores do lugar, este se tornou um pequeno museu arqueológico, um pólo memorial e um “ponto de cultura”.

⁵¹ Na rua Pedro Ernesto (Gamboa). O edifício abriga a Biblioteca Popular Municipal da Gamboa e a sede do Centro de Referência da Cultura Afro-brasileira.

memória autorizada, de enquadrar o imaginário do visitante/espectador. Nota-se que, em outros contextos, como no bairro do Pelourinho em Salvador, a exploração turística de imagens selecionadas da história negra e de seu patrimônio (promovida tanto por políticas públicas como por iniciativas privadas) foi sistematizada e levou a formas de folclorização e de mercantilização⁵².

Podemos notar, no contexto da região portuária carioca, que essa tendência a focalizar o material (vestígios históricos) não é exclusiva das autoridades. Os atores do Movimento Negro também tendem a valorizar o construído, seguindo, assim, as concepções dominantes do patrimônio. Já existem, por exemplo, passeios culturais e circuitos “afro” na zona portuária organizados por associações e/ou guias de turismo e que focalizam sua dimensão material, seus traços visíveis, em particular na arquitetura. Um coletivo reunindo diversos atores e instituições⁵³ pretende também erguer um “Memorial da Diáspora Africana”, etc.

Contudo, é importante lembrar que as diversas culturas de origem africana, reelaboradas no Brasil, se baseavam, sobretudo, na transmissão oral, na dinâmica dos rituais, nos atos performáticos, nas interações interpessoais, deixando poucos traços materiais. As numerosas manifestações e práticas imateriais afro-brasileiras, em constante transformação, continuam sendo plásticas, dinâmicas, sincréticas, interativas. Nesse contexto – e sem excluir a legitimidade de uma inscrição *também* espacial, física e material (construções, memoriais, museus e objetos) dessas culturas e dessa história singular –, podemos pensar que a emergência de um patrimônio *material* afro-brasileiro é relativamente paradoxal. Será que, neste processo, as singularidades e especificidades do “patrimônio cultural afro-brasileiro” são consideradas com base nas categorias nativas, em sua dimensão plástica e imaterial e em seu caráter dinâmico?

Todavia, nestes últimos anos, observa-se nos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo uma nova atração pela cultura *imaterial* de raízes africanas, em uma perspectiva mais dinâmica e inventiva. Assim, algumas manifestações festivas, artísticas, musicais e dançantes começam a reinvestir a rua e os bairros de maneira criativa e democrática.

Aproveitando o novo interesse do público por essa área urbana, algumas iniciativas, conduzidas geralmente por líderes culturais locais ou responsáveis associativos ou de ONGs, remetem às tradições artísticas afro-brasileiras ou evocam a

⁵² Essa exploração patrimonial e turística existe há décadas: circuito folclórico, comercialização de produtos “étnicos” (suvenires, artesanato étnico, etc.), organização de apresentações artísticas (percussão, capoeira), rituais e religiosas (candomblé), etc.

⁵³ Unesco, Superintendência de Igualdade Racial, Estivadores, Associações do Movimento Negro, etc.

história negra da região.⁵⁴ Podemos citar, por exemplo, o surgimento de novos blocos (os Escravos da Mauá, o Cordão do Prata Preta), o movimento de *revival* dos blocos locais (o Coração das Meninas) e das rodas de samba, de capoeira, de jongo (na Pedra do Sal, nos bares e trapiches, etc.).

Observa-se também que, na autoafirmação do quilombo da Pedra do Sal (que emergiu a partir de 2005) e na luta pelo seu reconhecimento jurídico, a categoria “patrimônio” (mesmo sem ser necessariamente acionada sob esse termo) se tornou um instrumento estratégico. Talvez mais do que os habituais critérios usados no reconhecimento jurídico de um quilombo (critérios étnicos, de genealogia ou de continuidade na ocupação do espaço...), podemos pensar que o reconhecimento da Pedra do Sal enquanto patrimônio material (a pedra em si foi tombada em 1984 e 1987 pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural) e imaterial (as festas, rituais e manifestações culturais desenvolvidas em torno dessa pedra, com ênfase especial nas rodas de samba) foi um elemento-chave no sucesso do processo de oficialização do quilombo⁵⁵. A ênfase no argumento da “cultura” (sambista, candomblecista, portuária⁵⁶) e a gestão contínua pelos membros dessa comunidade do espaço físico e simbólico em torno da Pedra do Sal foram, e continuam sendo, elementos determinantes⁵⁷. Nota-se que, nesse caso, o processo de patrimonialização, que se exerceu “de baixo para cima” em escala local, foi indissociável de uma reivindicação identitária, política e social, cuja estratégia coletiva visava (e ainda visa) garantir certos direitos sociais e fundiários (como o acesso a alojamento e a propriedade).

Com esse último exemplo da Pedra do Sal, ressalto que a instrumentalização dos patrimônios locais nem sempre é exclusiva das atuais políticas públicas na região. Em diferentes escalas, os grupos sociais locais também se apropriam, ainda que seja de maneira parcial e precária, da temática do patrimônio cultural. O “patrimônio” local, assim como as “tradições” e o imaginário dos lugares, pode ser utilizado de vários modos e em função de diversos objetivos. Elementos específicos de determinado patrimônio cultural e/ou de alguma tradição em particular podem ser colocados em

⁵⁴ Companhia dos Mistérios e Novidades (teatro de rua, pernas de pau), o Trapiche Gamboa (samba), a ONG Batucadas Brasileiras (aulas de percussão), bares musicais, etc.

⁵⁵ Em vias de titulação definitiva.

⁵⁶ MATTOS; Hebe ABREU, Martha. Relatório histórico-antropológico sobre o quilombo da Pedra do Sal. Em torno do samba, do santo e do porto. In: Pedra do Sal: relatório técnico de identificação e delimitação. Rio de Janeiro: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Incra, 2010. p. 11-83. [redigido em 2007].

⁵⁷ Para mais detalhes, ver SOUTY, Jérôme. O quilombo como metáfora. Espaços sociais de resistência na região portuária. In: MACHADO, Carly; BIRMAN, Patricia (Org.). Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências. Rio de Janeiro: FGV, no prelo.

cena e enfatizados, utilizados como provas de “autentificação” cultural com o objetivo de (re)formular identidades ou apoiar reivindicações políticas ou socioeconômicas.

As dinâmicas locais de patrimonialização aparecem como processos complexos que comportam diversas narrativas em disputa.⁵⁸ Diferentes interpretações da memória coletiva e de sua (re)inscrição nos espaços físicos, em construções materiais ou imateriais, apontam valorizações seletivas do patrimônio, apropriações divergentes e até mesmo conflitos entre diversos atores.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de A. 4. ed. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade de Rio de Janeiro/Instituto Pereira Passos, 2011.

ANDREATTA, Verena (Org.). **Porto Maravilha Rio de Janeiro + 6 casos de sucesso de revitalização portuária**. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos/Casa da Palavra, 2010.

BROUDEHOUX, Anne-Marie. Spectacular Beijing: the conspicuous construction of an olympic metropolis. **Journal of Urban Affairs**, v. 29, n. 4, p. 383-399.

CÁCERES, Luz Stella Rodriguez. **Lugar, memórias e narrativas da preservação nos quilombos da cidade do Rio de Janeiro**. (Doutorado) UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

CERTEAU, Michel de. **Les arts de faire**. Paris: Gallimard, 1990. t. 1.

CHALHOUB, Sydney. **Cidade febril**: São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

DAVIS, Mike. **City of quartz**. Nova York/Londres: Verso, 2006.

DESTINO cidade maravilha. **Turismo no Rio de Janeiro**. Catálogo de exposição. Rio de Janeiro: Espaço Cultural FGV, 2011.

Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro : **Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro**, maio de 2013. Disponível em:
<http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/05/dossie-rio.pdf>

⁵⁸ A instituição católica Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência (VOT), ativa na região, se opõe, desde o início, a essa tentativa de titulação do quilombo da Pedra do Sal. Ver, em particular, CÁCERES, Luz Stella Rodriguez. Lugar, memórias e narrativas da preservação nos quilombos da cidade do Rio de Janeiro. (Doutorado) UFRJ, Rio de Janeiro, 2010. Além disso, os remanescentes do quilombo desenvolvem uma visão sobre a Pedra do Sal que não é sempre compartilhada pelos outros vários movimentos ligados à causa afro.

FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. **Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**: São Paulo: Alameda, 2006.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. **Gringo na laje**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

HARVEY, David. **Spaces of capital: towards a critical geography**. Nova York: Routledge, 2001.

JEUDY, Henry Pierre. **Sobre a restauração como ato de destruição, espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. p. 87.

LEITE, Rogério Proença. **A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas**. **RBCS**, v. 25 n. 72, fev. 2010.

MATTOS; Hebe ABREU, Martha. Relatório histórico-antropológico sobre o quilombo da Pedra do Sal. Em torno do samba, do santo e do porto. In **Pedra do Sal: relatório técnico de identificação e delimitação**. Rio de Janeiro: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Incra, 2010. p. 11-83. [redigido em 2007].

MOREIRA, Clarissa da Costa. **A cidade contemporânea entre a tábula rasa e a preservação**. São Paulo: Unesp, 2004.

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Funarte, 1983.

Plano Municipal de Integração de Assentamentos Precários Informais – Morar Carioca. Área/projeto: Morro da Providência – Termo de referência para execução de obras, Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 2010.

SASSEN, Saskia. **Cities in a world economy**. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 2011; **The global city**: New York, London, Tokyo. Princeton: Princeton University Press, 2001.

SORKIN, Michael. **Variations on a theme park: the new American city and the end of public space**. New York, Noonday Press, 1992.

SOUTY, Jérôme. O quilombo como metáfora. Espaços sociais de resistência na região portuária. In: MACHADO, Carly; BIRMAN, Patricia (Org.). **Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências**. Rio de Janeiro: FGV, no prelo.

VIANNA, Hermano. **O mistério do samba**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

ZUKIN, Sharon. **Naked Cities**. The death and life of authentic urban places. Oxford: Oxford University Press, 2010.